

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'Q17', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Acredite, existem pessoas que não procuram beleza, mas sim coração.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho da crônica “Modéstia”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de 1 a 10.

Certo Juca Ludovico, oficial de carpinteiro, acordou um dia com a alma transformada. Começou por faltar ao serviço, a que era assíduo. Surpreendendo a consorte, dirigiu-se ao botequim e pagou cerveja para todos. Juca não era forreta, mas a libação matinal e coletiva não tinha propósito. Aos que chegavam e inquiriam com o olhar, ele ia dizendo: “Abanquem-se e tomem parte na minha satisfação. Vão acontecer grandes coisas por meu arbítrio, e quero estar à altura dos acontecimentos”. Os ouvintes pasmavam e bebiam. Juca não entrava no miúdo, falava em honras, feitos e bens, sem particularizá-los, mas sentia-se que pisara a caçamba de altas cavalarias.

O pior é que não endoidecera; estava dominado pelo Capeta, que no sono lhe inflara o apetite de glória. Raciocinava perfeitamente nas coisas triviais, insistindo porém em que sua vida mudara. Ofereceu emprego a um, deu a outro uma fazenda de gado. Pedia apenas que esperassem duas semanas, tempo bastante para receber do Banco da Inglaterra o ouro que ali devia estar à sua disposição, e que de boa mente partilharia com a multidão. Pode-se descrever do juízo de um homem que rasgue dinheiro, não porém do de outro que reparta dinheiro conosco.

Disfarçado em fogueteiro, e por via das dúvidas embuçado na capa preta, o Diabo misturava-se com a turba, sorria, esfregava os cascos. Apenas dona Neném, senhora idosa e devota, olhava tudo de beijo reprovador, e interpelou-o: “Juca, meu sobrinho, de onde te vem tamanho poder?”. Ele não se deu por achado: “Ora, minha tia, então não vê que é de meu padrinho sr. são José? Ele me procurou esta noite e disse: Vai e faz brilhar o nosso nome. És a flor dos Josés, e por tua valia serei cultuado na terra toda”. “Pois eu duvido”, retrucou dona Neném. “Vamos entrar na igreja e conversar com são José.”

Dona Neném, Juca e a multidão entraram de roldão. O altar do santo nem estava florido; era todo humildade e recato. Juca postou-se em relevo e soltou o verbo: “Aqui está, meu padrinho, a multidão que eu trouxe para servi-lo. Se o senhor me prestigiar, como espero, eles levarão sua imagem por toda parte e receberão grandezas. Faça um sinal com a ponta do dedo mindinho, e minha tia se convencerá”.

O dedo de são José não se mexeu. “São José”, continuou Juca, “nosso trato está firme. Eu o estou cumprindo, agora é a sua vez. Preciso de meios para agir. A propaganda custa caro. Tenho de distribuir mercês a amigos e inimigos, atrair incrédulos. Depende do senhor, padrinho”.

São José não respondia. “Será possível que o senhor não escute bem? Uma palavrinha sua, e irei a uma cadeia de rádio e televisão iniciar a campanha de esclarecimento universal.”

O santo, na moita. “Ele está assim porque ainda não me lembrei de melhorar o seu altazinho, ora veja! Fique tranquilo, meu santo. Vou fazer-lhe uma igreja de ouro e em volta construirei uma cidade inteira em sua honra; será a primeira do mundo e nela só habitarão os eleitos, sob minha chefia. Combinado? Agora mova o dedinho.”

A expectativa era enorme. Dona Neném, trêmula, chegada ao altar, viu, horrorizada, mover-se, não o dedo, mas a mão inteira de são José. E estendendo-se o braço, a mão pousou no ombro de Juca. “Estão vendo?”, parecia dizer o olhar deste, pois a boca, maravilhada, não piava. E são José sorrindo, mansamente, disse estas palavras: “Juca, volte à oficina, pegue da enxó e da plaina e trabalhe como de costume. Essas coisas não lhe ficam bem, meu filho”. Ouvia-se um estouro no adro. Era o Diabo que explodia, de ódio.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A bolsa e a vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

1. Em *Juca não entrava no miúdo* (1º parágrafo), o cronista sugere que Juca Ludovico expressava-se de modo
(A) receoso.
(B) lacônico.
(C) informal.
(D) genérico.
(E) minucioso.
2. *Pode-se descrever do juízo de um homem que rasgue dinheiro, não porém do de outro que reparta dinheiro conosco*. (2º parágrafo)
Depreende-se desse comentário irônico do cronista a seguinte crítica: nós, homens, somos
(A) interesseiros.
(B) preguiçosos.
(C) ingênuos.
(D) compassivos.
(E) indulgentes.
3. *Raciocinava perfeitamente nas coisas triviais, insistindo porém em que sua vida mudara. Ofereceu emprego a um, deu a outro uma fazenda de gado*. (2º parágrafo)
No trecho acima, o cronista relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:
(A) “Raciocinava”.
(B) “mudara”.
(C) “insistindo”.
(D) “Ofereceu”.
(E) “deu”.



4. – Certo Juca Ludovico, oficial de carpinteiro, acordou um dia com a alma transformada. Começou por faltar ao serviço, a que era assíduo. (1º parágrafo).

– O pior é que não endoidecera; estava dominado pelo Capeta, que no sono lhe inflara o apetite de glória. (2º parágrafo).

Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a

- (A) “serviço” e “Capeta”.
- (B) “Juca Ludovico” e “coisa”.
- (C) “assíduo” e “apetite de glória”.
- (D) “Juca Ludovico” e “Juca Ludovico”.
- (E) “serviço” e “Juca Ludovico”.

5. *Pedia apenas que esperassem duas semanas* (2º parágrafo)

Ao ser transpor o trecho acima para o discurso direto, o termo sublinhado assume a seguinte forma:

- (A) esperam.
- (B) esperaram.
- (C) esperem.
- (D) esperavam.
- (E) esperariam.

6. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:

- (A) *acordou um dia com a alma transformada* (1º parágrafo).
- (B) *Abanquem-se e tomem parte na minha satisfação* (1º parágrafo).
- (C) *Pedia apenas que esperassem duas semanas* (2º parágrafo).
- (D) *Faça um sinal com a ponta do dedo mindinho* (4º parágrafo).
- (E) *Aqui está, meu padrinho, a multidão que eu trouxe* (4º parágrafo).

7. Em *Os ouvintes pasmavam e bebiam*. (1º parágrafo), a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:

- (A) *Ele me procurou esta noite* (3º parágrafo).
- (B) *deu a outro uma fazenda de gado* (2º parágrafo).
- (C) *Depende do senhor, padrinho* (5º parágrafo).
- (D) *Vão acontecer grandes coisas* (1º parágrafo).
- (E) *Vai e faz brilhar o nosso nome* (3º parágrafo).

8. O cronista manifesta-se explicitamente no próprio texto no seguinte trecho:

- (A) *Pode-se descrever do juízo de um homem que rasgue dinheiro, não porém do de outro que reparta dinheiro conosco*. (2º parágrafo).
- (B) *Raciocinava perfeitamente nas coisas triviais, insistindo porém em que sua vida mudara*. (2º parágrafo).
- (C) *Se o senhor me prestigiar, como espero, eles levarão sua imagem por toda parte e receberão grandezas*. (4º parágrafo).
- (D) *Surpreendendo a consorte, dirigiu-se ao botequim e pagou cerveja para todos*. (1º parágrafo).
- (E) *Uma palavrinha sua, e irei a uma cadeia de rádio e televisão iniciar a campanha de esclarecimento universal*. (6º parágrafo).

9. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

- (A) *E estendendo-se o braço, a mão pousou no ombro de Juca*. (8º parágrafo).
- (B) *Ofereceu emprego a um, deu a outro uma fazenda de gado*. (2º parágrafo).
- (C) *Ele me procurou esta noite e disse: Vai e faz brilhar o nosso nome*. (3º parágrafo).
- (D) *Tenho de distribuir mercês a amigos e inimigos, atrair incrédulos*. (5º parágrafo).
- (E) *Eu o estou cumprindo, agora é a sua vez*. (5º parágrafo).

10. Verifica-se o emprego de voz passiva no seguinte trecho:

- (A) *Era o Diabo que explodia, de ódio* (8º parágrafo).
- (B) *Ouviu-se um estouro no adro* (8º parágrafo).
- (C) *O dedo de são José não se mexeu* (5º parágrafo).
- (D) *O pior é que não endoidecera* (2º parágrafo).
- (E) *Raciocinava perfeitamente nas coisas triviais* (2º parágrafo).

**Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Uma pesquisa de opinião realizada em sete cidades obteve os números de manifestações favoráveis a um produto dados pela tabela a seguir.

Cidade A	Cidade B	Cidade C	Cidade D	Cidade E	Cidade F	Cidade G
65	42	87	91	34	53	62

A diferença entre a média e a mediana desse conjunto de dados é:

- (A) 0
(B) 3
(C) 8
(D) 10
(E) 15
-
12. Uma doação de 506 quilos de alimentos deve ser distribuída igualmente por um número par de famílias, de forma que atenda o maior número possível de famílias e que cada uma receba mais do que 5 quilos de alimentos. A soma do número de famílias atendidas e a quantidade de alimentos que cada família recebeu é:
- (A) 57
(B) 46
(C) 32
(D) 63
(E) 54
-
13. Quantidades iguais de soluções de álcool etílico, uma a 70% e outra a 50%, foram misturadas, obtendo uma nova solução. Obteremos uma nova solução e álcool a:
- (A) 55%
(B) 60%
(C) 65%
(D) 70%
(E) 75%
-
14. Um centro de distribuição recebeu 600 unidades de um produto A, 420 unidades de um produto B e 460 unidades de um produto C. As unidades dos produtos A, B e C foram embaladas em caixas com 12, 6 e 4 unidades, respectivamente. Em seguida foram montados *kits* com uma caixa do produto A, uma caixa do produto B e duas caixas do produto C. O número total de caixas restantes após a formação dos *kits* é
- (A) 26
(B) 32
(C) 45
(D) 48
(E) 35
-
15. Para descobrir qual é o código que dá acesso a um computador, foram feitas várias tentativas, para as quais foram geradas as mensagens que seguem:

Tentativa 1		5	2	4	Um número correto e corretamente posicionado
Tentativa 2		5	4	6	Nada correto
Tentativa 3		8	6	2	Um número correto, mas incorretamente posicionado
Tentativa 4		3	6	9	Dois números corretos, mas incorretamente posicionados

De acordo com as mensagens, o código correto é:

- (A) 562
(B) 948
(C) 675
(D) 923
(E) 237

**Legislação**

16. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, relativamente à disciplina das vantagens do servidor público,
- (A) não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
 - (B) as indenizações, as gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento do servidor para qualquer efeito.
 - (C) a diária é concedida ao servidor por dia de afastamento, sendo devida integralmente, ainda que o deslocamento não exija pernoite fora da sede.
 - (D) o auxílio-moradia será concedido no prazo de 3 (três) meses, após o servidor comprovar a despesa efetuada com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira.
 - (E) não será concedida indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
-
17. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) não há necessidade de motivação do ato administrativo quando este decorrer de reexame de ofício.
 - (B) a Administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade.
 - (C) é lícita a aplicação de decisão coordenada aos processos administrativos em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
 - (D) o não conhecimento de recurso interposto fora do prazo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que operada a preclusão administrativa.
 - (E) o órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
-
18. Conforme expressa previsão legal, NÃO se subordinam ao regime da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) os contratos
- (A) de locação.
 - (B) que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública.
 - (C) de alienação e concessão de direito real de uso de bens.
 - (D) de tecnologia da informação e de comunicação.
 - (E) que visem à prestação de serviços por microempresas e empresas de pequeno porte, sujeitas a normas previstas em legislação própria.
-
19. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, são órgãos do Tribunal, dentre outros,
- (A) o Órgão Especial, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos e as Seções Especializadas em Dissídios Individuais I e II.
 - (B) as Turmas, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos e a Ouvidoria Regional.
 - (C) o Tribunal Pleno, a Presidência e as Seções Especializadas em Dissídios Individuais I e II.
 - (D) a Vice-Presidência, o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e a Ouvidoria Regional.
 - (E) a Corregedoria Adjunta Regional, o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e a Escola Judicial.
-
20. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, é competente para julgar os processos relativos à aplicação de penalidade aos juízes magistrados de primeiro grau
- (A) a Subseção Especializada em Dissídios Individuais.
 - (B) a Subseção Especializada em Dissídios Coletivos.
 - (C) a Corregedoria Regional.
 - (D) o Órgão Especial.
 - (E) o Tribunal Pleno.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Aos brasileiros são garantidos, constitucionalmente, direitos individuais, coletivos e sociais, entre outros. No âmbito dos direitos sociais, a Constituição Federal estabelece que:
- I. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
 - II. É livre a associação sindical ou profissional, desde que autorizada pelo Estado, facultada a intervenção do Poder Público nos termos da lei.
 - III. É direito do trabalhador urbano ou rural, entre outros constitucionalmente previstos, a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
 - IV. É direito do trabalhador jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-
22. Ao disciplinar a repartição de competências entre os entes da Federação, a Constituição Federal estabelece como comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, entre outras,
- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas, conservar o patrimônio público e legislar sobre direito civil, comercial e do trabalho.
 - (B) legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde e exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
 - (C) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à tecnologia, à pesquisa e à inovação e legislar sobre direito civil, comercial e do trabalho.
 - (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, e preservar as florestas, a fauna e a flora.
 - (E) legislar sobre populações indígenas e sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
-
23. A Constituição Federal dispõe, em relação ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício do mandato eletivo, que:
- (A) tratando-se de mandato eletivo estadual, distrital ou municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.
 - (B) investido no mandato de Governador, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (C) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
 - (D) investido no mandato legislativo estadual ou municipal, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo.
 - (E) o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato.
-
24. Nos termos da Constituição Federal, a fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará
- (A) as peculiaridades dos cargos, o tempo de investidura no cargo e a lei vigente quando da contratação.
 - (B) a lei vigente ao tempo da investidura, o plano de carreira e a isonomia de vencimentos.
 - (C) a isonomia de vencimentos para cargos iguais ou assemelhados, ainda que de Poderes distintos, e os requisitos para a investidura.
 - (D) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.
 - (E) a natureza e o grau de responsabilidade dos cargos componentes de cada carreira, o plano de carreira e a isonomia de vencimentos.
-
25. O Poder Judiciário tem composição definida no texto da Constituição Federal, em que são elencados os órgãos que o integram, dentre os quais estão:
- (A) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (B) o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
 - (C) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes Eleitorais e a Advocacia-Geral da União.
 - (D) os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal, os Tribunais e Juízes do Trabalho e a Defensoria Pública.
 - (E) o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República.



26. Considere as seguintes afirmações em relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, tendo por base as disposições constitucionais respectivas:
- I. são compostos de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
 - II. deverão funcionar descentralizadamente, servindo-se para esse fim de equipamentos públicos e comunitários situados nos limites territoriais da respectiva jurisdição.
 - III. instalarão a justiça itinerante, constituindo para tanto Câmaras Regionais, a fim de assegurar o pleno acesso à justiça dos jurisdicionados da respectiva região.
 - IV. entre os juízes que os compõem, um quinto será de advogados com mais de dez anos de atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, e os demais serão juízes do trabalho, promovidos por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e III.
-
27. Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia
- (A) limitada.
 - (B) contida.
 - (C) plena.
 - (D) programática.
 - (E) restringível.
-
28. Em conformidade com a Constituição Federal, a proposta de Emenda Constitucional de iniciativa do Presidente da República será discutida e votada em
- (A) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos respectivos membros.
 - (B) sessão unicameral, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros do Congresso Nacional.
 - (C) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (D) sessão unicameral, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros do Congresso Nacional.
 - (E) cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
-
29. A Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos, porém admite sua perda ou suspensão em determinados casos, dentre os quais,
- (A) improbidade administrativa e cancelamento da naturalização, por decisão administrativa definitiva.
 - (B) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, e cancelamento da naturalização, por sentença judicial transitada em julgado.
 - (C) incapacidade civil absoluta e recusa de cumprir obrigação legal a todos imposta, por motivo de convicção científica ou política.
 - (D) cancelamento da naturalização, por sentença judicial transitada em julgado, e incapacidade civil relativa, enquanto durarem os seus efeitos.
 - (E) cancelamento da naturalização, por decisão administrativa definitiva, e recusa de cumprir obrigação legal a todos imposta, por motivo de convicção religiosa ou filosófica.
-
30. O Ministério Público, como instituição permanente e essencial à Justiça, tem suas funções institucionais definidas na Constituição Federal, podendo-se destacar, entre outras, a função de
- (A) promover, privativamente, a ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos.
 - (B) promover o inquérito civil para a proteção das vítimas de crimes.
 - (C) propor ao Poder Judiciário a criação e extinção de seus cargos.
 - (D) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
 - (E) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

**Noções de Direito Administrativo**

31. Considere que a Administração, em um programa de ajuste fiscal, pretenda alienar bens móveis inservíveis, bem como alguns imóveis desocupados e não afetados a nenhum serviço público. De acordo com as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, no que concerne à modalidade licitatória, aplica-se
- (A) leilão para os móveis inservíveis e concorrência, obrigatoriamente, para os imóveis independentemente da origem.
 - (B) leilão, tanto para os móveis inservíveis como para os imóveis, independentemente da forma de aquisição, com necessidade de prévia avaliação.
 - (C) pregão para os móveis inservíveis e leilão ou concorrência para os imóveis, a depender do valor e da forma de aquisição.
 - (D) leilão para os móveis e para os imóveis adquiridos por adjudicação ou dação em pagamento, e concorrência para os imóveis oriundos de desapropriação.
 - (E) leilão para alienação dos imóveis e, no caso dos móveis inservíveis, cuida-se de hipótese de licitação dispensada.
-
32. Considere que agente público tenha outorgado permissão de uso de bem público a particular e o ato de permissão tenha sido questionado perante o Poder Judiciário. Considerando o caráter discricionário do ato, tem-se que o Poder Judiciário
- (A) não poderá imiscuir-se nas razões de conveniência e oportunidade, porém poderá anular o ato se verificado desvio de finalidade.
 - (B) não poderá anular o ato ainda que se mostrem inverídicos os motivos declinados pela autoridade para sua edição, eis que o motivo integra o cerne da discricionariedade.
 - (C) poderá analisar os aspectos de legalidade e de mérito do ato, anulando-o caso verificada inadequação do ponto de vista da conveniência ou oportunidade.
 - (D) não poderá analisar a legalidade ou a conveniência do ato, eis que fundado na discricionariedade da Administração.
 - (E) apenas poderá pronunciar-se sobre requisitos formais do ato e acerca da competência da autoridade que o praticou.
-
33. O regime jurídico aplicável às autarquias contempla
- (A) igual regime das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público em relação a licitações e proteção do patrimônio.
 - (B) algumas derrogações do direito público em relação à sua natureza privada, notadamente quando são prestadoras de serviço público.
 - (C) prerrogativas de pessoa jurídica de direito público, incluindo a impenhorabilidade de seus bens e submissão ao regime de precatórios.
 - (D) as mesmas limitações aplicáveis às fundações quanto a afetação de seus bens, os quais, contudo, não são imprescritíveis.
 - (E) o mesmo regime de execução judicial aplicável à Fazenda Pública, porém regime diverso em relação a seus bens que não são protegidos pela impenhorabilidade.
-
34. As disposições introduzidas pela Lei nº 13.869, de 2019, relativas a sanções e penas pela prática de atos de abuso de autoridade,
- (A) embora alcancem os membros de todos os Poderes, somente podem ensejar a perda de cargo ou função pública em relação a membros do Poder Executivo.
 - (B) não alcançam membros do Poder Judiciário, em face das prerrogativas inerentes à função, incidindo tão somente sobre condutas de membros do Poder Executivo.
 - (C) aplicam-se a membros do Poder Judiciário e do Poder Executivo, porém não alcançam os detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo.
 - (D) aplicam-se também a membros do Poder Judiciário, podendo inclusive ensejar, de forma não automática, no caso de reincidência, a perda do cargo.
 - (E) aplicam-se apenas a agentes políticos, podendo ensejar perda do mandato ou função pública e restrição temporária dos direitos políticos.
-
35. Considere que determinado particular que celebrou contrato com a Administração após sagrar-se vencedor de procedimento licitatório, em face de reiterados descumprimentos das suas obrigações contratuais, foi declarado inidôneo, ficando temporariamente impedido de participar de outros certames e firmar novos contratos com a Administração. Referida declaração
- (A) extrapola o poder disciplinar da Administração, por configurar restrição de direitos, dependendo de declaração judicial, transitada em julgado, proferida em processo específico no âmbito civil ou criminal.
 - (B) caracteriza medida cautelar fundada no poder de polícia, podendo ser aplicada pelo gestor do contrato nas hipóteses previstas em lei, mediante processo administrativo próprio.
 - (C) depende da prévia condenação do contratado ou de seus administradores pela prática de algum dos crimes capitulados na legislação de licitação, constituindo pena acessória a tais delitos.
 - (D) constitui sanção administrativa que somente pode ser aplicada após processo que assegure contraditório e ampla defesa, e independe de conduta que configure crime contra a Administração.
 - (E) somente pode ser proferida pelo Tribunal de Contas, em processo de Tomada de Contas Especial no qual seja apurado prejuízo à Administração e individualizadas as condutas e responsabilidades da contratada e de seus administradores.



36. De acordo com a atual disciplina legal aplicável a atos de improbidade administrativa, na forma prevista na Lei nº 8.429/1992 a partir das alterações introduzidas pela Lei nº 14.230, de 2021, constituem condutas passíveis de enquadramento como ato de improbidade
- (A) condutas dolosas ou culposas praticadas no exercício da função ou desempenho de competências públicas que ensejem comprovado prejuízo à Administração.
 - (B) aquelas em que esteja presente a voluntariedade do agente, independentemente da intenção de alcançar ou produzir o resultado previsto nas condutas tipificadas pela Lei.
 - (C) apenas condutas tipificadas no referido diploma que contem com o elemento subjetivo dolo, consistente na vontade consciente de alcançar o resultado ilícito correspondente.
 - (D) apenas as que ensejem enriquecimento ilícito do agente público ou privado, afastadas condutas, culposas ou dolosas, que ensejem apenas prejuízo à Administração.
 - (E) atos dolosos praticados exclusivamente por agentes públicos, sendo que as disposições da Lei não alcançam particulares que concorram ou se beneficiem do ato improbo.
-
37. O instituto da readaptação, na forma prevista na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, consiste em
- (A) procedimento de natureza disciplinar aplicado ao servidor que tenha cometido faltas funcionais puníveis com pena de suspensão, como sucedâneo à aplicação da referida sanção.
 - (B) modalidade de investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação sofrida pelo servidor em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
 - (C) modalidade de movimentação funcional passível de utilização apenas enquanto não concluído o estágio probatório, quando se verificar, mediante relatório circunstanciado, que o servidor poderá ter melhor aproveitamento em local de lotação diverso do original.
 - (D) modalidade de retorno ao cargo de origem do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - (E) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
-
38. Suponha que o Tribunal de Contas tenha considerado irregular determinado contrato administrativo, por entender que a modalidade licitatória adotada, pregão, não foi a adequada, eis que não se trataria de serviço de natureza comum. A decisão do Tribunal imputou multa à autoridade responsável pela instauração do procedimento licitatório, identificando, ainda, dano ao erário e determinando à Administração a apuração dos prejuízos *in concreto*. De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, tem-se que
- (A) a aplicação de multa não possui embasamento jurídico, eis que somente cabível na hipótese de descumprimento ou resistência injustificada no cumprimento de determinação da Corte de Contas.
 - (B) o Tribunal extrapolou suas competências, eis que não pode aplicar sanções pecuniárias, mas apenas julgar a regularidade ou irregularidade dos atos.
 - (C) o Tribunal proferiu decisão ilíquida, eis que não delimitou o montante dos prejuízos decorrentes do ato, o que impede a cobrança da multa.
 - (D) a multa aplicada pela Corte de Contas possui eficácia de título executivo e sua cobrança independe da subsequente apuração de outros eventuais prejuízos à Administração.
 - (E) a exequibilidade da multa aplicada pressupõe a prévia instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, onde são individualizadas as responsabilidades e os danos.
-
39. No que concerne à organização da Administração direta e indireta da União, tem-se que
- I. a criação de órgãos públicos é matéria de reserva da Administração, sendo, portanto, privativa do Chefe do Executivo, a quem cabe dispor mediante decreto.
 - II. as autarquias são instituídas por lei, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista devem contar com autorização legislativa para sua criação.
 - III. a extinção de cargos públicos depende de lei, salvo em relação aos vagos, cuja extinção pode ser feita por decreto presidencial.
 - IV. o consórcio, quando constituído com personalidade de direito público, integra a Administração indireta dos entes da Federação consorciados.
- Está correto o afirmado, APENAS, em
- (A) II, III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e III.



40. Suponha que a Administração intente selecionar leiloeiro oficial para proceder à alienação de ativos de sua titularidade. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, a seleção
- (A) deve ser feita mediante diálogo competitivo, envolvendo ao menos 3 (três) interessados devidamente habilitados, sagrando-se vencedor o que apresentar a melhor combinação entre experiência prévia e valor da comissão requerida.
 - (B) poderá ser feita mediante chamamento público, recaindo a escolha sobre aquele que demonstrar maior experiência a partir da comprovação da condução de leilões bem sucedidos.
 - (C) deverá ser feita mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, utilizando como critério de julgamento o maior desconto para as comissões a serem cobradas.
 - (D) deverá ser feita como etapa preliminar da própria modalidade leilão, quando da instauração do certame voltado à alienação dos ativos.
 - (E) sujeita-se a procedimento de pré-qualificação, em que são ranqueados, por ordem crescente de experiência e decrescente de comissão requerida, os leiloeiros credenciados para aturar por demanda da Administração.

Noções de Administração Pública

41. Embora a ciência da administração se funde em conhecimentos comuns, é necessário conceber diferenças entre administração pública e administração privada, por exemplo:
- (A) na administração pública não se exige desempenho dos funcionários, enquanto na administração privada é possível exigir cumprimento de metas e objetivos.
 - (B) a administração pública tem como objetivo o bem-estar do governo, enquanto a administração privada tem como objetivo o bem-estar da coletividade.
 - (C) a administração pública é financiada principalmente pela receita operacional, enquanto a administração privada é financiada principalmente pela receita tributária.
 - (D) a administração pública somente pode admitir pessoal por concurso público, vedada a investidura exclusivamente em comissão, enquanto a administração privada pode admitir pessoal sem processo seletivo prévio.
 - (E) a administração pública opera sob a regra geral da publicidade, enquanto a administração privada opera sob a regra geral do segredo de negócio.
-
42. Quanto ao princípio da legalidade, a
- (A) administração pública pode tudo que não lhe seja vedado por lei.
 - (B) administração privada somente pode o que lhe é determinado pela lei.
 - (C) norma é inválida até que decisão judicial a confirme.
 - (D) administração pública somente pode o que lhe é ordenado pela lei.
 - (E) norma só é válida se confirmada por decisão judicial ou nova norma que reitere sua legalidade.
-
43. Considere os seguintes mecanismos de gestão de resultados na produção de serviços públicos na administração direta:
- I. recrutamento baseado em mérito, por concurso público;
 - II. motivação – inclusive psicossocial; e
 - III. participação nos resultados.
- A Administração Pública pode recorrer validamente ao(s) mecanismo(s) descrito(s) em:
- (A) I, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) II, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.
-
44. Acerca da avaliação dos serviços públicos, ela deve ocorrer, no mínimo,
- (A) anualmente, franqueada a participação dos usuários por meio de conselhos, e deve ser integralmente publicada no sítio do órgão ou entidade.
 - (B) semestralmente, franqueada a participação direta dos usuários, e deve ser integralmente publicada no sítio do órgão ou entidade.
 - (C) semestralmente, franqueada a participação dos usuários por meio de conselhos, e deve ser publicada em versão resumida no sítio do órgão ou entidade.
 - (D) anualmente, franqueada a participação direta dos usuários, e deve ser publicada em versão resumida no sítio do órgão ou entidade.
 - (E) semestralmente, franqueada a participação dos usuários por meio de conselhos, e deve ser integralmente publicada no diário oficial.



45. Constitui um tipo de processo nas organizações o
- (A) primário ou principal, de que resulta geração direta de valor para os clientes finais.
 - (B) secundário ou organizacional, ligado a diretrizes, estratégias e coordenação dos demais processos.
 - (C) gerencial, de que resulta geração direta de valor para os clientes finais.
 - (D) gerencial, que propicia apoio e condições para o processo principal.
 - (E) primário ou principal, ligado a diretrizes, estratégias e coordenação dos demais processos.
-
46. “Contratos administrativos” e “contratos privados da administração pública” diferenciam-se, pois
- (A) contratos administrativos somente se formalizam por meio de licitação pública, enquanto contratos privados da administração pública, não.
 - (B) contratos administrativos observam o regime de direito público, enquanto contratos privados da administração pública, o regime de direito privado.
 - (C) contratos privados da administração pública somente se formalizam por meio de licitação pública, enquanto contratos administrativos, não.
 - (D) contratos administrativos observam o regime de direito privado, enquanto contratos privados da administração pública, o regime de direito público.
 - (E) em contratos administrativos o consumidor é a administração, enquanto nos contratos privados da administração pública, o consumidor é o particular.
-
47. O psicólogo americano Frederick Herzberg propôs, nos anos 1950, a chamada teoria dos dois fatores, segundo a qual se explica
- (A) a qualidade percebida pelos consumidores por fatores estéticos (extrínsecos), como o reconhecimento profissional, e éticos (intrínsecos), como o salário.
 - (B) a qualidade percebida pelos consumidores por fatores estéticos (extrínsecos), como a função, e éticos (intrínsecos), como a forma.
 - (C) a motivação para o trabalho por fatores higiênicos, como o reconhecimento profissional, e motivadores, como o salário.
 - (D) a qualidade percebida pelos consumidores por fatores estéticos (extrínsecos), como a forma, e éticos (intrínsecos), como a função.
 - (E) a motivação para o trabalho por fatores higiênicos, como o salário, e motivadores, como o reconhecimento profissional.
-
48. É possível concluir acerca das diversas teorias sobre a liderança:
- (A) As teorias dos traços da personalidade propõem que o líder já nasce com características marcantes que o habilitam para a função, e são prevalentes na atualidade.
 - (B) As teorias dos traços da personalidade propõem que há diferentes estilos de liderança, tais como autocrático, democrático e liberal, mas estão atualmente desacreditadas.
 - (C) As teorias situacionais da liderança propõem que diferentes padrões, tais como autocráticos, democráticos ou liberais, podem ser cada qual mais adequados, a depender da situação.
 - (D) As teorias situacionais de liderança propõem que há estilos diferentes de liderança, tais como autocrático, democrático e liberal.
 - (E) As teorias sobre estilos de liderança propõem que o líder já nasce com características marcantes que o habilitam para a função.
-
49. *De acordo com a nossa classificação, portanto, a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento. A estratégia, a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra.*
- (VON CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2010, p. 138)
- Embora verse sobre campanhas militares, a teoria cujo excerto acima se refere é amplamente estudada no planejamento estratégico das organizações, que, em decorrência, preconiza que decisões
- (A) estratégicas referem-se a assuntos que envolvem determinada unidade organizacional.
 - (B) táticas referem-se a assuntos que envolvem as relações da empresa com o ambiente externo.
 - (C) operacionais estão relacionadas a assuntos que envolvem a execução de tarefas ou determinada atividade específica.
 - (D) não programadas estão relacionadas a assuntos que envolvem a execução de tarefas ou determinada atividade específica.
 - (E) programadas referem-se a assuntos que envolvem as relações da empresa com o ambiente externo.
-
50. Quanto à definição de projeto, pode-se dizer que é
- (A) uma estrutura organizacional permanente criada com o objetivo de entregar diversos produtos para os clientes da empresa.
 - (B) um esforço permanente empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.
 - (C) um esforço permanente empreendido para criar um produto, serviço ou resultado comum.
 - (D) um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.
 - (E) um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado comum.

**Noções de Direito do Trabalho**

51. Zeus é empregado da indústria alimentícia Mar Revolto e se afastará do emprego para cumprir exigências do serviço militar. Nessa situação, com base no que prevê a CLT, o contrato de trabalho de Zeus ficará I até o término do encargo, sendo que após a baixa o empregado poderá retornar ao trabalho nas mesmas condições, devendo notificar a empresa da sua intenção em reassumir o emprego em até II contados da baixa do serviço militar.

As lacunas I e II se preenchem correta e respectivamente com

- (A) interrompido – 30 dias
- (B) interrompido – 60 dias
- (C) suspenso – 45 dias
- (D) suspenso – 30 dias
- (E) suspenso – 60 dias

52. Brisa é enfermeira no Hospital Providência Divina e, por haver gerador abastecido com óleo diesel nas dependências do local de trabalho, recebe adicional de periculosidade, baseando-se a sua empregadora em laudo técnico realizado por engenheiro de segurança do trabalho. O salário de Brisa é de R\$ 3.000,00, acrescido de R\$ 400,00 de prêmio de assiduidade. O salário mínimo regional no Estado em que Brisa trabalha é de R\$ 1.300,00. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o valor do adicional de periculosidade que a empregada recebe é de

- (A) R\$ 600,00.
- (B) R\$ 1.020,00.
- (C) R\$ 900,00.
- (D) R\$ 390,00.
- (E) R\$ 510,00.

53. Considere:

- I. Sócrates agrediu fisicamente um colega de trabalho que estava batendo em outro companheiro de trabalho.
- II. Hipócrates é apostador contumaz em corridas de cavalo.
- III. Hera negocia habitualmente no ambiente de trabalho, dentro do horário de expediente, prejudicando o ambiente, produtos de beleza, sem a permissão do empregador.
- IV. Platão, motorista de ambulância profissional para seu empregador, perdeu a habilitação por conduta culposa.

Com base na Consolidação das Leis do Trabalho, são passíveis de rescisão do contrato de trabalho por justa causa as hipóteses descritas apenas em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e IV.

54. Arquimedes completará em 01/12/2022 sete anos de contrato de trabalho com a Panificadora e Restaurante Pão & Vinho. Estão em tratativas para a rescisão contratual por acordo mútuo que se efetivará na data em que o mesmo completar os sete anos de empresa. Nessa situação, sabendo-se que o salário de Arquimedes é de R\$ 3.000,00, e o aviso prévio será indenizado, o valor do mesmo conforme a CLT e a legislação aplicável será de

- (A) R\$ 3.000,00.
- (B) R\$ 1.500,00.
- (C) R\$ 4.800,00.
- (D) R\$ 2.400,00.
- (E) R\$ 2.550,00.

55. Ganimedes utiliza ônibus fretado pago pelo seu empregador para ir e voltar do local de trabalho. O fornecimento da condução se dá pelo fato de a empresa se situar em local de difícil acesso, sem a existência de linha regular de transporte público. O tempo gasto pelo empregado dentro da condução é de 4 horas, sendo 2 horas na ida e 2 horas na volta. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado

- (A) não faz jus a horas extras pelo tempo de trajeto, por não se considerar como tempo à disposição do empregador, ainda que a condução seja por ele fornecida.
- (B) é credor de 4 horas extras diárias pela jornada *in itinere*, eis que sendo local de difícil acesso e a condução fornecida pelo empregador, considera-se as horas como tempo à disposição.
- (C) é credor de horas extras diárias pela jornada *in itinere*, eis que sendo local de difícil acesso e a condução fornecida pelo empregador, considera-se as horas como tempo à disposição, limitadas, todavia, a duas horas.
- (D) não faz jus a horas extras pela jornada *in itinere* eis que a hipótese retrata local de difícil acesso, sendo que essa circunstância exime o empregador do referido encargo.
- (E) é credor de 4 horas extras diárias pela jornada *in itinere*, eis que sendo local de difícil acesso e a condução fornecida pelo empregador, considera-se as horas como tempo à disposição, todavia sem o direito ao adicional.



56. Margarida, empregada registrada em CTPS na Loja de Armazinhos Tendetudo deu à luz uma menina, e ficará afastada em gozo de licença-maternidade. Conforme a Constituição Federal de 1988, Margarida terá garantia de emprego
- (A) de 180 dias após o parto.
 - (B) de 120 dias após o parto.
 - (C) pelo período de licença-maternidade.
 - (D) de 120 após o término da licença-maternidade.
 - (E) por até 5 meses após o parto.
-
57. Em virtude do término da pandemia de Covid-19, que justificou a prestação de serviços de Mercúrio em regime de teletrabalho, sua empregadora pretende que o mesmo retorne para o trabalho presencial na sede da empresa. Nessa situação, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) deverá a empresa comunicar ao empregado da sua intenção e, após a concordância, observar o prazo mínimo de 15 dias para a transição.
 - (B) caberá à empresa comunicar ao empregado da sua intenção e, após a concordância, observar o prazo mínimo de 30 dias para a transição.
 - (C) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (D) deverá a empresa comunicar ao empregado da sua intenção e, após a concordância, observar o prazo mínimo de 10 dias para a transição.
 - (E) poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de 30 dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
-
58. Considere as assertivas abaixo a respeito do parcelamento de período de férias, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho.
- I. empregador propõe parcelamento do período de gozo de férias do empregado de 52 anos de idade em 3 períodos, da seguinte forma: 15 dias – 8 dias – 7 dias.
 - II. empregador propõe parcelamento do período de gozo de férias do empregado de 25 anos de idade em 3 períodos, da seguinte forma: 12 dias – 10 dias – 8 dias.
 - III. empregador propõe parcelamento do período de gozo de férias do empregado de 17 anos de idade em 3 períodos, da seguinte forma: 18 dias – 6 dias – 6 dias.
 - IV. empregador propõe parcelamento do período de gozo de férias do empregado de 30 anos de idade em 4 períodos, da seguinte forma: 10 dias – 5 dias – 5 dias – 10 dias.
- São possíveis APENAS as propostas
- (A) I, III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e III.
-
59. O sócio de uma sociedade empresarial responde de forma ...I... por direitos trabalhistas dos empregados da sociedade que se retirou até o limite de ...II....
- Com base na CLT, as lacunas se preenchem correta e respectivamente com
- (A) subsidiária – 2 anos contados da averbação da modificação do contrato.
 - (B) solidária – 1 ano contado da averbação da modificação do contrato.
 - (C) subsidiária – 2 anos contados da retirada do sócio independente de averbação.
 - (D) solidária – 2 anos contados da averbação da modificação do contrato.
 - (E) subsidiária – 3 anos contados da retirada do sócio independente de averbação.
-
60. Sobre as convenções e acordos coletivos de trabalho, o juiz, conforme disposição legal, ao interpretar uma cláusula deverá se pautar pela observância
- (A) do respeito irrestrito da autonomia privada coletiva.
 - (B) preferencialmente da condição mais benéfica ao empregado.
 - (C) do princípio da mínima intervenção na autonomia da vontade coletiva.
 - (D) primeiramente da interpretação mais favorável ao empregado.
 - (E) apenas da regularidade formal do negócio jurídico em termos civis.

Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

As cidades são as protagonistas do processo de desenvolvimento global, mas ao mesmo tempo geraram uma série de externalidades negativas ao meio ambiente e a escassez ecológica. [...] No mundo existem vários exemplos de cidades que se expandiram rapidamente sem nenhum tipo de planejamento, resultando em um caótico processo de desenvolvimento urbano, prejudicando o meio ambiente.

(CONTI, D.M & VIEIRA, V.L.R. "Governos locais e sociedade civil: a nova democracia urbana para o desenvolvimento de cidades sustentáveis". In. CONTI, D.M & VIEIRA, V.L.R (Orgs.) **O futuro das cidades**. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2020, p. 24)

II

Vida não é um privilégio humano, mas é uma dádiva abundante para todos os seres que coexistem junto às pessoas. Por esse motivo, toda expressão comunitária, que estimula novas responsabilidades, modifica a relação de dominação entre os seres humanos e a Natureza, descoloniza saberes e amplia variadas e diferentes cosmovisões, a fim de tornar o Desenvolvimento Sustentável um projeto em permanente inquietação e metamorfose, que, por sua vez, deve ser assegurado por instrumentos que preservem condições de exercício e reivindicação desses cenários.

(AQUINO, S.R.F. **(Contra o) eclipse da esperança: escritos sobre a(s) assimetria(s) entre direito e sustentabilidade**. Itajaí: Univali, 2017, p. 46)

Com base em I e II, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

O desenvolvimento sustentável em face das mudanças climáticas



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RAS CUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO